

No ritmo e no rumo certos

A Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo estão pedindo ao governo que faça com cautela a sintonia fina que o momento econômico está a exigir. Os resultados negativos da balança comercial e a previsão de um déficit, para este ano, de US\$ 3 bilhões a US\$ 3,5 bilhões recomendam, de fato, cautela. Existem, ainda, limites para a redução da taxa de juros — ainda absurdamente alta, para padrões normais —, imposta pela necessidade de manter a inflação em queda e atrair capitais estrangeiros. Mas essa é apenas uma das faces da moeda. Do outro lado está a necessidade de manter em ritmo adequado e, se possível, estimular a atividade econômica. É a produção, afinal, que dá empregos e gera impostos e é de empregos e impostos que o País mais necessita neste momento, para reduzir as possibilidades de agravamento de desequilíbrios sociais e amenizar a crise fiscal.

A CNI e a Fiesp pedem que o governo, no esforço de conter o déficit comercial e manter a estabilidade da moeda, não aumente juros e não contenha o crédito. Em outras palavras: não pise no breque da economia. No caso da balança comercial, recomendam que o problema seja resolvido não com a

freada da economia, mas com a criação de novos estímulos para o setor exportador. Entre as medidas que poderiam ser adotadas, as lideranças industriais indicam a desoneração das exportações de outros impostos, além da do ICMS, a criação de novas linhas de financiamento e a redução do "custo Brasil".

O presidente Fernando Henrique Cardoso, de fato, está diante de um desafio. Por um lado, será sempre difícil cortar o impulso que a economia está tomando, que se reflete no aumento das vendas e dos salários e na redução relativa da velocidade do índice de desemprego. É igualmente difícil, por outro lado, permitir que o déficit comercial — que desde a crise do México se transformou em indicador da saúde das economias emergentes, para os investidores — se agrave e acabe provocando embaraços na área cambial. Para sorte do presidente da República, a economia brasileira, se ainda não está inteiramente desregulamentada, já atingiu o ponto em que as forças de mercado se substituem a algumas decisões que antes eram privilégio do chefe de Estado.

A economia brasileira tem dado evidentes sinais de grande vitalidade. Os índices médios de desemprego, como já dissemos, estão caindo pelo terceiro mês consecutivo. De julho a setembro, a queda foi de 11%. O parque industrial está funcionando com cerca de 78% de sua capacidade instalada, o que é duplamente bom: o grau de utilização é bastante razoável e ainda há margem para o crescimento da demanda, sem que is-

so venha a significar pressão inflacionária por esse lado. A indústria continua crescendo sobre o ano anterior, tendo o valor nominal de suas vendas registrado crescimento de 11,6%. O valor nominal dos salários industriais subiu 13,1% em relação aos nove primeiros meses de 1995. No ano em curso, a indústria acumula crescimento de 5%, e as vendas reais subiram 3,8% nestes nove meses.

Tais resultados são muito razoáveis para uma economia que ainda está passando por uma fase de ajuste. O desempenho ganha maior realce quando contrastado com algumas previsões pessimistas feitas há pouco mais de dois anos, sobre um prolongado pe-

ríodo de recessão. A economia está crescendo em ritmo compatível com o programa de ajuste, como mostra a última apuração do PIB. E, para que mantenha esse desempenho, basta, apenas, que as autoridades monetárias não tomem decisões erradas e não coloquem obstáculos ao crescimento ordenado, ou auto-sustentável. Até o momento, não há motivos para alarme. No plano político, as reformas

A economia já é suficientemente madura para estabelecer os próprios ritmos de crescimento

claramente empenhado em sua aprovação. Além disso, o governo começa a fixar horizontes mais amplos de atuação. O BNDES, por exemplo, acaba de aprovar linha de financiamento de US\$ 3 bilhões para que o setor privado prepare a infra-estrutura necessária a um crescimento anual do PIB de 5%, como está previsto no Plano Pluri-anual de Investimentos. Não é muito dinheiro, mas é uma boa indicação de rumo.